

É Preciso Nomear Ricardo: Jornalismo, História de Vida e Escrevivência

Frederico de Mello Brandão Tavares

Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Coordenador do GT Estudos de Jornalismo da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: fredtavares.ufop@gmail.com.

Lucas Porfírio

Mestrando em Comunicação pela Ufop. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Jornalista pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: lucasporfirio-94@hotmail.com.

Resumo: Publicada no site *BuzzFeed*, em outubro de 2017, a reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”, do jornalista Chico Felitti recebeu cerca de um milhão de acessos em menos de 24 horas. O texto conta a história de vida de um “conhecido anônimo” do centro de São Paulo, cuja identidade se revela jornalisticamente nesse perfil ampliado que se tornou um conteúdo viral. A partir desse objeto, este artigo pergunta sobre uma “escrita ética” que perpassa e constitui o jornalismo e sua relação com o tempo presente, adotando duas questões de fundo conceitual-metodológico, costuradas uma à outra: 1. um olhar sobre mídia e alteridade; e 2. uma análise aplicada a partir do conceito de “escrevivência”. Problematiza-se como o relato jornalístico, encarado como potência tensionadora do mundo, permite encontros entre sujeitos “em narrativa” e funciona como espaço de inclusão e humanização.

Palavras-chave: jornalismo, reportagem, alteridade, escrevivência, história de vida.

Se Necesita Nombrar a Ricardo: Periodismo, Historia de Vida y Escribir Vivencia

Resumen: Publicado en el sitio web de *BuzzFeed* en octubre de 2017, la noticia “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”, del periodista Chico Felitti, recibió cerca de un millón de visitas en tan solo 24 horas. El texto cuenta la historia de vida de un “conocido anónimo” del centro de São Paulo, cuya identidad se revela periodísticamente en este perfil ampliado que se volvió viral. A partir de este objeto, este artículo plantea la pregunta por una “escritura ética” que permea y constituye el periodismo y su relación con la actualidad, fundamentándose en dos temas de base conceptual-metodológica entramados entre sí: 1. una mirada a los medios y la alteridad; y 2. un análisis desde el concepto de “escribir vivencia”. Se discute cómo la narrativa periodística, con un amplio poder en el mundo, permite encuentros entre sujetos “en narrativa” y funciona como un espacio de inclusión y humanización.

Palabras clave: periodismo, noticia, alteridad, escribir vivencia, historia de vida.

Ricardo Must be Named: Journalism, Life History and Writing Experience

Abstract: Published on the *BuzzFeed* website in October 2017, the article entitled “Fofão from Augusta? Who calls me this way doesn’t know me”, written by the journalist Chico Felitti, received about one million visits in less than 24 hours. The text expatiates on the life story of an “anonymous famous person” from São Paulo downtown, whose identity is revealed – journalistically – in this registered profile that went viral. From this object, this article examines an “ethical writing” that permeates and composes journalism and its relationship with the present time based on two interconnected conceptual-methodological questions: 1. a look at the media and its alternations; and 2. an analysis based on the concept of “the writing experience”. The work discusses how the journalistic report, seen as a tensioning power, enables the encounter among “narrative” individuals, working as a locus for inclusion and humanization.

Histórias de vida jornalísticas como encontro

¹ Segundo Al-Rawi (2017, p. 69), “Viral News is defined as networked news stories that spread online mostly through social media in a much faster and wider manner than other news stories”.

² Lopes (2008, p. 377) discorre sobre a “lenda urbana” como um “gênero narrativo em ampla circulação nas sociedades contemporâneas” Segundo o autor, “a lenda circula em uma comunidade, isto é, num contexto reconhecível a membros de uma comunidade. Portanto, quem a conta faz parte também dessa comunidade e compartilha com ela suas práticas discursivas e suas regras de funcionamento – regras essas mais ou menos conscientes, mais ou menos anônimas”. E as “lendas contemporâneas” ou urbanas são “histórias ambivalentes, que lidam com elementos imediatamente reconhecíveis e cotidianos (o mundano), mas que estão de algum modo ‘fora da ordem’ (o extraordinário)” (2008, p. 378). Dion (2008, p. 1) sintetiza essas ideias: “As lendas urbanas são narrativas coletivas carregadas de efeitos de verdade e de apelo à autoridade que fazem parte do conhecimento popular e da cultura informal”.

³ O site *The book review* (<https://bit.ly/3wCzpgl>) traz uma resenha do livro e uma série de *podcasts* que alargam o conteúdo da reportagem impressa.

⁴ Segundo Goffman (1975), o conceito de estigma aponta para determinações previstas pelas pessoas “normais” sobre as “categorias e os atributos” de um “estranho que se aproxima”. Nas palavras do autor, “enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, uma espécie menos desejável... Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída” (1975, p. 12).

⁵ Ao longo do texto, traremos vários fragmentos de falas do autor, complementando de forma documental o nosso todo analítico.

No dia 27 de outubro de 2017, a reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece” (Felitti, 2017a¹), assinada pelo jornalista Chico Felitti, foi publicada no site *BuzzFeed*. Em menos de 24 horas, o texto recebeu cerca de um milhão de acessos. Tornou-se um viral¹. Nas redes sociais digitais, o incalculável compartilhamento do texto oscila entre duas razões: por um lado, chamava a atenção pela qualidade do texto jornalístico; por outro, vendia a possibilidade de acesso à “história por trás de uma das lendas urbanas mais conhecidas de São Paulo”², como mencionado pelo próprio Felitti no material. Em fevereiro de 2019, a Editora Todavia lançou a obra *Ricardo e Vânia* (2019a), que compartilha a história de Ricardo Corrêa da Silva, personagem central da reportagem. O livro amplia a narrativa jornalística inaugural, trazendo para o enredo a trajetória de Vânia, namorada de Ricardo³. Em complemento a essa repercussão – da reportagem ao livro –, a história contada por Felitti vai ser também adaptada para o cinema. Os direitos foram adquiridos pela produtora e distribuidora RT Features, do brasileiro Rodrigo Teixeira, produtor do longa *Me chame pelo seu nome* (2017), filme vencedor do Oscar de “Melhor Roteiro Adaptado”, em 2018.

O texto inaugural sobre Ricardo é um misto de escrita jornalística e perfil biográfico, entrelaçados por uma vivência que vai, literalmente, dar nome e sobrenome a um personagem simbólico da capital paulista, mas, mais que isso, a um sujeito cuja diferença chama a atenção para o que há de comum na vida: a potência da/na história de cada um.

O maquiador e cabeleireiro Ricardo Corrêa da Silva teve uma carreira de sucesso na capital paulista nos anos 1970 e 1980, e se tornou, anos mais tarde, artista de rua e entregador de panfletos, residente da região da Rua Augusta. Foi ali que seu apelido, “Fofão da Augusta”, o fez famoso por outros atributos. Não era mais conhecido como um talentoso profissional da beleza, mas como alguém de rosto disforme, de bochechas e pele caídas, aparência que o assemelhava ao personagem televisivo brasileiro de mesmo nome, da década de 1980. Essa espécie de “máscara dissolvida”, conta Felitti, é resultado de um movimento corporal interno de “derretimento” dos cerca de três litros de silicone que Ricardo Corrêa injetou no próprio rosto ao longo da vida.

A fama pelo estigma⁴, que o tornou uma figura urbana mítica, explica a valoração que o texto recebeu a partir da reportagem viral do *BuzzFeed*. Assim como dá contornos a um referente jornalístico, oferece uma pauta que traz consigo uma demanda cujo gancho carrega uma espécie de alteridade inevitável. É nesse lugar da relação, na oscilação entre o abraçar e o estranhar, que os dizeres de Chico Felitti situam-se e nos levam a olhar para a sua reportagem, objeto deste artigo, com uma pergunta que perpassa o seu fazer.

No canal da Editora Todavia no Youtube, Felitti (2019e) argumenta em prol da necessidade de, “num momento [dias atuais] de tão pouca aceitação e tão pouco diálogo, você mostrar a vida de alguém que é tido como um marginal, ... que parece não ter valor nenhum para algumas pessoas”, pois isso “humaniza a diferença”, diz. O autor explica sua proposta de colocar em contato os leitores com uma pessoa aparentemente “díspar”, mas que possui similaridades com todos e que, “no fim, é só um humano”. O jornalista, em várias entrevistas, reforça essa ideia de “superação da curiosidade”⁵.

Se a reportagem viralizou por sanar e despertar o interesse em uma identidade paradoxalmente anônima e conhecida – e isso vale tanto para Felitti, que tentou por 12 anos entrevistar Ricardo, quanto para os leitores que acessaram a reportagem e a compartilharam –, o seu resultado é o de uma experiência de aproximação. O repórter, em conversa com a jornalista Regina Volpato, em maio de 2019, reafirma essa premissa: “jornalismo serve para humanizar todo mundo”. É preciso, afirma, “ver-se ver no Outro” e tentar achar “a reconciliação com a diferença” a partir do diálogo.

⁶ Pode-se dizer que Felitti “foge” das noções de entrevista e entrevistador “clássicos”. No sentido explicado por Martinez (2015, pp. 86-87), “diferentemente da entrevista jornalística, em geral mais breve, a coleta de uma história de vida pressupõe necessariamente um entrosamento maior com o entrevistado, visto que a entrevista pode ser única, seriada ou múltipla; estimulada ou não com fotos, vídeos e outros documentos em geral; diretivas (com auxílio de uma pauta previamente elaborada com perguntas ou questionários) ou abertas; longas ou breves. Cada caso revelará a abordagem ideal. Qualquer caminho escolhido, o importante é que se crie um campo para o diálogo de fato... um caminho para a tentativa de compreensão profunda do outro”.

O processo de produção de um relato de vida, como é o caso da reportagem/perfil realizada por Chico Felitti, reflete, em seus bastidores, tanto a dinâmica plural do(s) encontro(s) entre entrevistador e entrevistado(s)⁶ – a elaboração do texto durou quatro meses e envolveu muitos encontros, além de fases de apuração –, quanto dilemas advindos do próprio processo. Se cabe ao pesquisador/jornalista ir além da simples obtenção de informações do outro, valorizando “a própria natureza da relação estabelecida com o informante” (Fernandes, 2010, p. 21), é preciso lidar com as questões éticas que aparecem nessa ambiência. Não apenas no sentido jornalístico, deontológico, mas também no sentido humano, de uma relação e de uma vida que se contam pela relação. Para uma matéria do canal Metrôpolis, de 8 de abril de 2019 (Felitti, 2019d), Felitti afirmou: “Eu não sabia se eu tinha direito de contar essa história.... Você não quer escrever para discriminar essas pessoas, ...você quer escrever para aproximar, você quer escrever para mostrar o que há de humano em todo mundo”. Felitti chega a dizer – em entrevista ao jornalista Luís Antônio, em 10 de maio de 2019, na ocasião do lançamento do livro *Ricardo e Vânia* (2019a), em Araraquara, cidade natal de Ricardo Corrêa – que a reportagem sobre o artista Ricardo Corrêa da Silva tinha sido, até aquele momento, o maior desafio ético de sua carreira de mais de 10 anos (Felitti, 2019b):

Foi a maior dúvida ética que eu já encontrei na minha carreira e que possivelmente eu vá encontrar. Tomara que eu encontre outra “pior”, outra mais emaranhada, mas a minha questão era: “eu tenho direito a contar essa história”? Por várias questões: por ser uma pessoa fragilizada, por ser uma pessoa que tinha uma doença mental – ele era esquizofrênico e às vezes se medicava e às vezes não se medicava... Em que eu me escorei para resolver essa questão ética: eu fui conversar com os jornalistas que eu mais respeito, fui ouvir a opinião deles; eu perguntava a cada encontro com ele (Ricardo), eu mostrava o gravador e falava “nós estamos fazendo uma matéria, tudo bem fazer uma matéria da sua vida?”; eu pedia consentimento a ele a cada vez, não foi uma vez só, lembrava a ele o tempo inteiro que a gente estava contando aquela história... mas ainda assim foi um pulo no escuro, eu não sabia o que ia acontecer.

Tomadas essas duas dimensões principais – a do encontro do jornalismo com histórias de vida e a daquilo que emerge desse encontro –, este texto pergunta sobre uma “escrita ética” que perpassa e constitui a reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”, adotando outras duas questões de fundo conceitual-metodológico, recorridas devido à natureza do objeto: 1. um olhar sobre jornalismo, alteridade e sobre o diálogo entre ambos, considerando as emergências e complexidades da vida social; e 2. uma reflexão sobre narrativas possíveis que estejam contidas no escopo do jornalismo e que o extrapolem, tendo em conta o conceito de “escrivência” (Evaristo, 2005; 2006; 2007) e sua fabulação como potência para revelar e perguntar acerca de encontros entre sujeitos “em narrativa”⁷. O conceito de Evaristo (2005; 2006; 2007), apesar de nascer de outro lugar – da necessidade autoral de afirmar a complexidade das subjetividades femininas, negras e brasileiras –, potencializa e oferece uma possibilidade de problematização e análise do movimento realizado por Felitti. Além disso, também possibilita refletir sobre aquilo que o jornalista traz a partir da reportagem: um encontro que aciona a escrevência de uma relação.

⁷ Soares e Machado (2017) recuperam essa potência metodológica do conceito de “escrivência” a partir de um estado da arte sobre a obra e as narrativas ficcionais de Conceição Evaristo.

Esses eixos interpretativos ajudam a compor um substrato epistemológico sobre o narrar contemporâneo como gesto amplo e necessário de resistência e inclusão, bem como a refletir sobre limites e fronteiras desse processo.

Jornalismo e atualidades alternativas

Como sabemos, no jornalismo “hegemônico”, de “referência” (Zamin, 2015), o curioso, o inusitado, o conteúdo “que chame a atenção pela articulação de elementos a princípio incongruentes em sua própria composição” (Lopes, 2008, p. 386), apresenta-se no âmbito das notícias cotidianas como *fait divers*. Sua estrutura, num primeiro raciocínio, é a da simplificação de um fato e sua redução condicionada pela “existência sem contexto” – se quisermos sintetizar rapidamente os dizeres de Roland Barthes (1964) sobre o conceito. Foucault (1973, p. 269 citado por Dion, 2007, p. 128) lembra que as narrativas de *fait divers* permitem “mudar

de escala, crescer em proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, abrir ao cotidiano o acesso da narração”. Ou, como afirma Dion (2007, p. 128), tais narrativas “sugerem a existência de uma outra realidade, misteriosa, em que as noções de destino, de fatalidade, de providência e de milagre, suplantam as do acaso, da coincidência, da sorte, do azar” e, por isso, “arremessam a dúvida sobre a coerência do mundo” (2007, p. 128).

Em contraste, a grande reportagem jornalística não pode ser considerada uma expressão dos *fait divers*. Muito mais que isso, pode ir além deles e os complexificar em outras ordens, como no compromisso, segundo Marli dos Santos (2009, p. 26), de ser “fértil para os desvendamentos e revelações do cotidiano, para mostrar as diversas vozes, os diversos saberes, as diversas realidades, os diversos grupos e suas identidades, as histórias de vida”. A reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece” vai nesse sentido. Parece escapar ao simples inusitado e promove tensionamentos. Ao se abrir para além da superfície do incomum, fazendo este encontrar-se com o seu complemento de ordinariedade – a humanidade que o perfaz –, a reportagem não apenas ultrapassa o lado *fait divers* da lenda urbana⁸, mas também o atualiza em uma outra direção, assumindo, pelo próprio texto, uma dupla “outridade”: com Ricardo (pelo texto e por Chico) e com o jornalismo (por Ricardo).

⁸“A lenda contemporânea ou urbana é uma narrativa oral, exemplar, coletiva, anônima, que possui uma mensagem implícita e uma moral escondida à qual nos ligamos. Ancorada na cidade e na modernidade, baseada na crença, requerendo igualmente a cumplicidade de um ouvinte, a lenda urbana tem por objetivo explicar o inexplicável e o incompreensível, de acordo com o sistema de valores, a época e a visão de mundo da comunidade na qual ela se inscreve” (Dion, 2008, pp. 5-6).

Como afirma João Pissarra Esteves (2016, p. 10), “a deontologia não pode ser considerada uma base satisfatória para construção de um raciocínio ético propriamente dito”. Nesse sentido, a reportagem que aqui problematizamos, mais que apenas abrir um horizonte normativo, também o atualiza, descontextualizando e recentralizando um fazer escriturístico. Não carrega em si uma novidade, já que existem exemplos para esse tipo de exercício jornalístico que vai “contra a corrente”, bem como reflexões sobre ele (Freitas & Benetti, 2017; Guareschi, 1998; Lago, 2010; Medina, 2008a; 2008b; Resende, 2009a; 2009b; 2014; Soster & Piccinin, 2016; 2017). No entanto, chama a atenção para o entendimento acerca de um encontro (entre fonte e jornalista) e de um tipo de narrativa que não diz respeito apenas a um gesto autoral (subjetivo ou naturalmente “humanizado”), mas que carrega consigo um “eu coletivo”, aquilo que, a seguir, indicaremos como uma “escrita ética”.

Marques e Martino (2016, p. 40) reivindicam que:

Uma ética da comunicação deve contemplar o desejo e a necessidade de estar com o outro, de acolhê-lo, de respeitá-lo, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença. O encontro com o outro, seja na comunidade ou pela via das representações midiáticas, deveria expressar sempre de forma agonística (e não meramente antagônica), na qual um indivíduo incita o outro por meio da dúvida e do estranhamento.

Os autores lançam mão da ideia de “solidariedade”, apoiados em Cohen e Arato (1992) e Herrero (2002) para indicar que o encontro do sujeito midiático com outros sujeitos, ou mesmo entre sujeitos comuns, deve ser marcado por uma corresponsabilidade, por um “ser com os outros” e pelo compartilhamento de um contexto de vida. “Representações do mundo do outro ou da dor do outro ativam constantemente sentimentos morais, os quais podem nos responsabilizar pelo bem-estar de outros, estejam eles ou não distantes no espaço e no tempo” (Marques & Martino, 2016, p. 64). Valem-se, nessa perspectiva, de uma “criação e recriação de relações intersubjetivas”, cujo mote volta-se ao respeito mútuo, à promoção de interesses coletivos e às “singularidades e... demandas éticas das existências particulares” (Marques & Martino, 2016, p. 65).

Boaventura de Sousa Santos (2001), em entrevista na qual aborda o “multiculturalismo emancipatório”, entende que pensar “contra-hegemonicamente” solicita caminhar por percursos “alternativos”: “modos alternativos de pensar”, “culturas alternativas”, “conhecimentos alternativos”. Santos (2001) defende a ideia de que, de um ponto de vista emancipatório, “as culturas são todas elas diferenciadas internamente e, portanto, é tão importante reconhecer as culturas umas entre as outras, como reconhecer diversidade dentro de cada cultura e permitir que dentro da cultura haja resistência, haja diferença” (2001, p. 21). Em reflexão posterior (2007), o autor

refere-se a uma “contra-noção” em relação ao abissal pensamento moderno ocidental, advogando que “a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a *copresença* radical. A copresença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários. Implica conceber simultaneidade como contemporaneidade, o que requer abandonar a concepção linear de tempo” (Santos, 2007, p. 85).

Assim, a opção [narrativa] pela resistência, como resultado de um encontro ético-político e caminho epistemológico, opera tanto no sentido de uma transformação, quanto no sentido de uma potência. Nos dizeres de Butler (2015), “teorizar a partir das ruínas do *Logos*” implica problematizar sobre como as construções hegemônicas sobre os corpos “produzem não somente o terreno dos corpos inteligíveis, senão também um domínio de corpos impensáveis, abjetos, invivíveis e não dotados de vida (*unthinkable, abject, unlivable bodies*)” (Butler, 2015, p. 15). Ou, refletindo junto com Agamben (2010), acender o olhar para aqueles de “vida sem valor”; ou, mais ainda, aliados a Mbembe (2018), elevar o jornalismo a um *topos* de combate às ramificações da necropolítica⁹ na vida cotidiana hodierna.

⁹ Segundo Mbembe (2018), a necropolítica diz respeito ao poder, existente na sociedade capitalista atual, de determinar quem deve viver e quem deve morrer.

É um poder que dita sobre a vida e a morte, a partir de uma disposição sobre o *status* político dos indivíduos, de forma arbitrária e inumana.

Jornalisticamente, isso poderia sugerir a inserção do jornalismo numa “ecologia de saberes” que, mais que romper com uma linguagem e técnica, assume sobre estes outros modos de prática e experiência, outros modos de “intervenção no real”. Não se abandona, por exemplo, uma deontologia, mas atualiza-se suas dimensões assumindo leituras “novas” sobre o real ou, melhor dizendo, leituras e escritas que estão no bojo das resistências contemporâneas.

As perspectivas de humanização e resistência na narrativa e de rompimento com o anonimato, as quais dão “vida” às pessoas por meio da construção de suas histórias, não são exclusivas ao jornalismo, como se sabe. Há distintos campos do saber que lidam com esse processo, conceituando-o e problematizando-o (Arfuch, 2002; 2010; Bertaux, 2010; Bruner & Weisser, 1995; Duero, 2006; Larrosa, 2004; Puyana Villamizar & Barreto Gama, 1994). Metodologicamente, acolhida transversalmente em trabalhos de pesquisa, principalmente nos de natureza (auto)biográfica, a história de vida seria uma técnica que se coloca “no ponto de interseção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz no seu íntimo (o social e o individual)” (Fernandes, 2010, p. 29). Através dela, seria possível “apreender o socialmente vivido, o sujeito em suas práticas, tentando perceber de que maneira ele aborda as condições sociais que lhe são particulares” (Fernandes, 2010 p. 29).

No caso do jornalismo, pensar a elaboração de “histórias de vida” é colocar em cena não um “método em si”. A história de vida emerge, ali, como resultado – um texto a ser lido – e como gesto narrativo de resistência, que traz à luz histórias pouco contadas ou “mal” contadas, já que a padronização do narrar jornalístico, em termos gerais, caminhou, historicamente, muito mais pelo lado da homogeneidade e do estereótipo do que rumo à diversidade – como refletem criticamente Karam (1997; 2004) e Moraes (2018). Assim, pensar a história de vida inserida nesse contexto seria, como defendemos, considerar pelo menos a promoção de dois encontros que possuem dimensão dialógica: o de um/a jornalista com um/a perfilado/a, biografado/a ou entrevistado/a; bem como o da informação – como dado, técnica noticiosa e produto – com a(s) subjetividade(s).

Caldeira (1980, p. 12), explica que no ato de “solicitar a alguém que relate sua vida está contido um reconhecimento da individualidade, um respeito àquela vida que afinal não é qualquer vida, mas uma vida particular: a sua vida”. A entrevista seria uma espécie de ferramenta para dar voz aos/às sujeitos/as, tirar uma pessoa do anonimato, dar relevância “a uma vida marcada pelo sofrimento, pela angústia, pela luta: uma vida cujo relato só pode ser marcado pelo sofrimento, pois além de ser sua parte integrante, é ele que de alguma maneira lhe confere dignidade” (Caldeira, 1980, p. 12). Mesmo que defendamos que a história de vida ultrapasse relatos de dor e luta, podendo também incluir, no jornalismo, perspectivas de resistência por outros vieses, como o do humor, do riso, da subversão pela felicidade, em ambos os casos – dor e alegria – é a expressão da subjetividade e sua valorização que deve vigorar.

Marta Maia (2006), baseada em Paul Thompson (1992), reforça essa dinâmica e a amplia, refletindo sobre o papel da inclusão de sujeitos e histórias pelo jornalismo, não importando quem seriam esses protagonistas e suas trajetórias. Há um olhar sobre a potência da narrativa para além de um recorte. A pesquisadora aproxima o jornalismo da História Oral e explica que, no caso de “perfis humanizados”, onde também, de certa forma, se situa o tom da reportagem de Felitti, “deve-se levar em consideração uma trajetória de vida, uma experiência que é singular” (Maia, 2006, p. 145). Nesse sentido, o encontro entre narrador e entrevistado “pode representar um momento de mergulho na existência humana, não um mero desfilar de descrições cronológicas da vida de uma pessoa” (Maia, 2006, p. 145). É quando o jornalista deve deixar “a sensibilidade aflorar, já que não há regras definitivas para uma situação de empatia que, ao ocorrer, poderá abrir o flanco de muitos entrevistados, sejam famosos ou anônimos” (Maia, 2006, p. 145).

A subjetividade como essência narrativa é de onde parte a ideia de escrevência, potencializada por Conceição Evaristo. Apesar de se localizar na ficção literária, trata-se de uma lógica de escrita comprometida com a narrativa de experiências vivenciadas, a princípio pela autora, mas que possuem um viés coletivo, já que encarna a voz de um sem número de mulheres negras e brasileiras. Evaristo (2007) afirma que sua escrita é uma maneira de suportar o mundo e questioná-lo. Soares e Machado (2017, p. 207) refletem que a escrevência carrega “uma dimensão ética ao propiciar que a autora assuma o lugar de enunciação... de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um ‘nós’ compartilhado”. Nesse sentido, olhar para a escrevência é reconhecer nela uma espécie de “estatuto de escrita”, que coloca em cena um lugar ético-político, mas também faz valer a possibilidade de uma narrativa de humanização e resistência, uma fala que “estilhaça a máscara do silêncio”, como disse Evaristo em entrevista cedida à revista CartaCapital (<https://bit.ly/3vvybBO>). Seria possível falar de uma escrevência jornalística?

A escrevência como caminho e registro para uma escrita ético-política

Antes de adentrar na materialidade da escrevência, é importante pensar o trabalho dos e das intelectuais negros e negras, já que os assuntos estão estreitamente relacionados. Quando reconhecemos o papel desses sujeitos, o fazemos de um lugar marcado, conforme nos alerta Rosane Borges (2020)¹⁰. A professora afirma que, ao enxergá-los apenas como a “feminista negra” ou a “escritora negra que fala sobre as questões negras”, reduzimos o alcance desses intelectuais, das nossas referências. Ao abordarem essas temáticas, esses intelectuais não só estão trazendo para discussão pontos de vista diversos, mas também estão proporcionando um novo paradigma para pensar a existência.

“Escrivência” é um termo que consegue ir além de um conceito. É uma plataforma teórica, metodológica, metódica, que propicia àqueles que a utilizam pensar as escritas subalternizadas, esquecidas, que partam do lugar do silenciamento e da negação (Barossi, 2017). É um operador para produção de textos dos condenados e das condenadas da terra¹¹, para além do registro literário (Borges, 2020).

Esse sistema de escritura, instaurado pela escritora Conceição Evaristo, pode contemplar qualquer texto que venha do lugar da subalternização, da reivindicação de acesso a uma soberania negada, uma vez que, ao trazer à tona uma memória subterrânea, ela o faz em uma tentativa de liberação de um passado fadado ao esquecimento e à invisibilidade.

O conceito de escrevência, pensado a partir da obra de Evaristo, demanda uma escrita que não se pretende imparcial, mas sim uma escrita que se posiciona politicamente. Ao criar o termo escrevência, definindo com ele seu modo de escrever, a escritora traz mais que uma palavra nova, ela fala de e com aqueles que são socialmente excluídos, pois, para ela, “a escrevência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande, mas sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007, p. 21). É nessa perspectiva que:

¹⁰ A referência a Borges (2020) trata-se de fragmentos da participação da pesquisadora – Rosane Borges – em uma *live* transmitida em redes sociais digitais no dia 4 de maio de 2020, intitulada “Escrivência como sistema de escritura em Conceição Evaristo”. O registro da divulgação está disponível (<https://bit.ly/3cPeeA4>), mas a gravação da transmissão não foi disponibilizada até o fechamento deste texto.

¹¹ Em *Os condenados da terra*, Fanon (1968) aborda o trauma do colonizado apresentando a montagem das estruturas da sociedade colonial em que o sujeito nativo encontra-se em um espaço confinado e restrito, enquanto o colonizador rege.

percebemos na escriturização afrofeminina um estilo marcado por simbologias, metalinguagens e intertextualidades, construindo uma poética de resistência – caracterizada por um movimento de cobrança e denúncia, por meio de uma revisão histórica e social e de afirmação de identidade, através da reconstrução de uma tradição (ancestralidade africana, religiosidade, cultura) e da reescrita da história. (Ferreira, 2013, p. 68)

Conforme explica Borges (2020), a oralidade que é mobilizada nos textos da escriturização está extremamente associada a uma forma de escrita, ao gestual e às corporeidades. Sendo assim, o que Conceição Evaristo cria é um sistema de escritura, pensando o conjunto de elementos autor/obra.

A escriturização visa ao questionamento e às modificações na sociedade, trazendo uma discussão acerca da realidade da mulher negra e de outros sujeitos negros no Brasil (no caso de Conceição Evaristo, essa é uma temática principal), que também pode ser aplicada na análise de outros sujeitos subalternizados (Spivak, 2010). Pela escriturização, é possível dar uma dimensão de reposicionamento da narrativa desses sujeitos (o que seria também um aspecto da história de vida, uma vez que a história de vida reposiciona a narrativa dos sujeitos os quais aborda). Com isso, sob o ponto de vista de uma escrita acadêmica, cinematográfica e jornalística, existe a possibilidade de rever memórias lidas como absolutas.

Ao pensar esses sujeitos e suas histórias de vida, Evaristo propõe também pensar o corpo enquanto texto, como condição de experiência. Assim, mais que evocar um lugar de fala (que está para além da reivindicação individual de onde se vive), é evocada a fala como lugar. Para Borges (2020), o sujeito subalternizado já tem o seu lugar de fala marcado, que é o lugar do subalterno. A escriturização tem a potência de subverter essa lógica, possibilitando a fala de um lugar que ultrapassa essa categorização.

Evaristo (2007), ao falar de sua escrita, diz que ela é resultado do acúmulo de tudo o que ouviu desde criança, das histórias de sua casa, vizinhança, dos relatos, histórias que as crianças não podiam ouvir:

Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados, eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite. Na origem da minha escrita, ouço gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas contando em voz alta uma para as outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias. Como ouvi conversa de mulheres! Falar e ouvir entre nós era talvez nossa única defesa, o único remédio que possuíamos. (Evaristo, 2007, p. 19 citado por Ferreira, 2013, p. 49)

Logo, os textos da escriturização não surgem do nada, mas das experiências de quem escreve, de forma que o/a autor/a transpõe para o seu texto quem é, suas crenças e suas lutas, bem como o que já viu, ouviu e viveu. Como afirma Evaristo, a escrita surge a partir da observação do espaço em que se vive, das pessoas que são capazes de afetar e, assim, virarem personagens. Em uma entrevista para o jornal Nexo em 2017, a autora disse, em entrevista cedida ao Nexo Jornal (Evaristo, 2017) acreditar que é difícil que a subjetividade de um escritor não contamine sua escrita:

De certa forma, todos fazem uma escriturização, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escriturização e a escriturização de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escriturização.

Dentro da escriturização, o pensar em si também é pensar no coletivo. Quando se pensa em si mesmo em condições adversas, ocorre a inauguração do lugar da subalternização, que desloca o sujeito desse lugar. Um de seus preceitos é a consciência de que há um “eu coletivo”, o qual implica que o autor sabe que não

está dialogando sozinho, mas sim com aqueles que muitas vezes são invisibilizados (Ferreira, 2013). Ele sabe da responsabilidade que tem ao dar voz àqueles que não possuem condições de falar, pois ele se torna porta-voz. Isso significa que, ao entrelaçar o eu e o coletivo a partir das escritas subalternizadas, o pensamento e a existência também se correlacionam (Borges, 2020).

Ao tecer a instância pessoal e política em duas camadas, a escrevência confronta uma tradição ocidental de uma suposta “neutralidade” em que não se fala de si nas narrativas. Nessa linha de pensamento, ao olhar a escrevência como uma potência metodológica da escrita e a aproximar do fazer jornalístico, no qual o repórter se posiciona, abdicando do pressuposto de imparcialidade do jornalismo em relação a sua escrita e trazendo ao texto a realidade daqueles que são silenciados, entende-se que o jornalista responsabiliza-se moral e socialmente. O jornalista não está desassociado do mundo, por isso, ele pratica uma escrevência quando assume sua condição de sujeito e a partir dela representa a vida por meio da escrita. Não se trata da escrevência de um autor que se narra autobiograficamente, mas daquela que emerge da relação, como modo narrativo que empresta seu mote de resistência para a construção humanizada de um personagem, fazendo valer um diálogo “entre” alteridades.

O jornalista Felitti, ao elaborar a reportagem para o *BuzzFeed* sobre Ricardo Corrêa da Silva, o “Fofão da Augusta”, artista de rua da cidade de São Paulo, mesmo que desconheça o conceito, empreende uma escrevência “intuitiva” como força em seu trabalho. A história de Ricardo é, também, a história dos subalternizados, dos silenciados. Lugar no qual o próprio Felitti se reconhece, como sujeito LGBTQ, agregando a ele um laço junto ao seu entrevistado Ricardo e à história que ambos narram a partir do encontro: “Nós gays, todos os LGBTQs, devemos muito a essa geração que existiu, a resistência deles foi existência”, disse ele em entrevista ao canal Metrópolis (Felitti, 2019d).

Ao buscar a identidade de Ricardo Corrêa da Silva, o jornalista deixa de enxergar apenas como um personagem caricato. O movimento de ir ao cartório de Araraquara para tentar encontrar o registro civil do artista de rua extrapola a apuração jornalística. Essa ação pode ser entendida como a busca pelo reconhecimento desse sujeito como ser humano, indivíduo detentor de subjetividade que ultrapassa a figura pressuposta por todos que o conheciam. Conforme afirmado por Felitti em entrevista ao canal Livrada, realizada durante a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) de 2019 (Felitti, 2019c), ele tenta dar uma história de vida para aquele sujeito até então registrado como indigente no Hospital das Clínicas e indigente para a sociedade. E tal condição identitária também é condição para o “encontro jornalístico” vivido por Chico e Ricardo.

Felitti demonstra sensibilidade e preocupação em não reproduzir o olhar objetificador com o qual Ricardo se acostumou na capital paulista, fazendo valer uma alteridade “em ação”. Ricardo deixa de ser um desconhecido e passa a ter um nome, o que torna possível falar junto a ele. É nesse contato com o Outro em que o jornalista se deixa perpassar e se reconhece enquanto ser humano, apontando para uma ética comunicativa que terá “reflexos” políticos na reportagem como produto final. Aos modos de uma escrevência, busca a representação de um sujeito em seus desejos, angústias, sonhos, enfim, em sua humanidade.

Uma análise da reportagem que especule sobre aquilo que desperta e torna possíveis seus milhares de compartilhamentos nas redes sociais seria, sem dúvida, outro caminho interessante de observação. Por ora, atentemo-nos ao “acontecer” da escrevência nela encarnado e a sua revelação pela materialidade dos dizeres.

Escrever na relação com o Outro

Pode-se dizer que as noções de “histórias de vida” e “escrevência”, a partir de suas características já apontadas anteriormente, têm como ponto de encontro uma demanda: um escritor, jornalista, roteirista ou qualquer pessoa que a elas se ativer necessitará de um olhar atento, sensível e respeitoso acerca do seu entrevistado. É na busca pelo olhar ético e pela ética de um olhar, que será possível adentrar o mundo que o cerca e melhor compreendê-lo.

Tomando a dimensão da “história de vida” que perpassa constitutivamente a reportagem “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece” (2017a), é possível notar alguns traços que se identificam com o conceito de escrivência. O primeiro aspecto é a potência narrativa, qualidade que levou a reportagem a virar livro (editado pela Todavia), com futura adaptação para o cinema. Ao contar a história de Ricardo Corrêa da Silva, o jornalista também produz literatura, um dos espaços onde a escrivência encontra melhor a possibilidade de se manifestar. Felitti renuncia ao modelo tradicional de reportagem e mergulha na apuração da vida do conhecido artista e, junto a sua mãe, se torna responsável por revelar a identidade daquele personagem paulistano.

A escrivência e a história de vida surgem, em grande parte, na oralidade. O sujeito entrevistador trabalha com indivíduos de identidades múltiplas, não apenas documentos. Assim, mesmo que o entrevistador tenha um olhar crítico, ele vai possuir um certo nível de envolvimento com a sua fonte. A história de Ricardo também nasce por uma “primeira oralidade”, a do imaginário e da cultura urbana. Felitti, no perfil, diz “ele virou uma espécie de lenda urbana por causa da sua aparência: há alguma substância sob a pele do seu rosto que faz sua cabeça parecer duas vezes maior; suas bochechas pendem, quase soltas, como as do personagem que apresentava um programa infantil na TV aberta nas décadas de 1980 e 1990”. No sentido de uma história oral, que busca o sujeito pelo relato individual, a oralidade também emerge na reportagem.

Por um lado, as pessoas da cidade de São Paulo, principalmente aquelas que frequentavam a Avenida Paulista, transformaram esse homem em lenda urbana. Vários são os que possuem uma história para contar sobre o personagem principal da reportagem. Por outro, é de forma oral que Felitti entrevista Ricardo e os indivíduos que possuem histórias sobre ele. É o caso dos irmãos Plas, que contam: “ele fala um francês impecável, fala italiano. Uma vez ele entrou aqui. Meu pai desceu e pediu que ele saísse. Ele ficou bravo e disse ‘Monsieur aujourd’hui vous êtes très bavard’. É uma coisa tão francesa de se dizer”. Como o texto demonstra, Ricardo tem aptidão para falar várias línguas. Ao ser questionado onde as aprendeu, ele é categórico ao dizer “eu já corriji erros de tradução da bíblia antiga. Quando a bíblia era transmitida através de mantras”.

Mesmo que não seja o protagonista da reportagem, Felitti se insere no texto que escreve e, assim, também se faz personagem. Já no início, o leitor toma consciência sobre o narrador e a partir de qual ponto de vista irá acompanhar a história. Um exemplo de como a presença do jornalista se manifesta é a seguinte passagem: “Perguntei para a amiga virtual se poderia vê-lo no hospital. Ela respondeu em segundos, e eu li alto na mesa do almoço de Páscoa”. Outras particularidades, como a presença do namorado de Felitti, o aviso de que iria para o hospital e a companhia da mãe do jornalista, também demonstram como ele aparece no texto. Assim, o texto que fala de Ricardo também fala de Felitti e de como esse encontro os modifica. Essa oscilação de papéis, entre autor e entrevistado, permite a costura de uma vivência e sua revelação pela escrita.

O encontro entre Ricardo e Felitti enseja aspectos característicos da história de vida. Conforme explica Fernandes (2010), o laço que passa a existir entre o pesquisador, neste caso o jornalista, e o seu informante no contexto da entrevista, na maioria das vezes, é a história de uma relação que marca os dois. “Tal encontro raramente deixa ilesos os dois parceiros” (Fernandes, 2010, p. 20). Essa é a mesma “virtude” do conceito de escrivência, que sustenta a impossibilidade de um contato com o Outro sem que ambos sejam modificados.

Como já mencionado, Felitti, em entrevista ao canal Metrópolis (Felitti, 2019d), diz que uma das dúvidas que o acompanhou foi se ele tinha o direito de contar a história de Ricardo. Preocupava-se em escrever sem discriminar, pois, ao contrário disso, queria se aproximar de seu sujeito para nele revelar o que há de humano e é inerente a todo. O zelo em humanizar e não discriminar ainda mais os sujeitos dessas histórias é também um dos preceitos da escrivência.

Evaristo (2007) explica que a escriturinha é impregnada por toda bagagem de conhecimento do autor, aquilo que ele conhece, que faz parte do seu cotidiano. Desse modo, Ricardo não é apenas parte do cotidiano do jornalista desde que ele chegou na capital paulista, mas também de todos aqueles que criaram o personagem e o transformaram em “lenda urbana”. Felitti se difere das pessoas que ridicularizam Ricardo ao reconhecer a humanidade desse sujeito. Talvez seja isso a motivação da busca por saber quem realmente ele é. Para isso, o jornalista não limita sua apuração apenas à Avenida Paulista e vai até Araraquara, cidade de origem do artista, a fim de buscar mais informações sobre sua trajetória de vida.

Felitti, ao visitar a cidade natal de Ricardo, mostra como ele era um sujeito marginalizado, tanto em São Paulo, quanto na sua própria cidade, que parece tê-lo esquecido. Isso é perceptível em sua conversa com um entrevistado, Virgílio Abranches, em que o jornalista diz: “Conto para ele que conversamos com várias pessoas em Araraquara. E que nenhuma delas disse conhecer o homem de rosto singular”, a que Virgílio responde que esse “desconhecimento” é causado pelo conservadorismo e pela vergonha dos moradores de reconhecer Ricardo como conterrâneo ou sujeito.

O jornalista desenvolve um nível de responsabilidade por Ricardo e o vínculo que os dois constroem ao longo da reportagem não é apenas o de fonte e jornalista. Os parentes do personagem dizem não conseguir ajudá-lo, seja por medo, seja pela falta de condições, como relata Julio, seu irmão mais novo: “Não tenho condições de acolher. Não temos convivência familiar. Tudo o que o Ricardo tem hoje é opção dele. Ninguém disse ‘Vai pra rua’. Pelo menos eu posso te dizer o seguinte: eu jamais quis o mal do Ricardo, ‘Quero que esse cara se exploda’. Nunca! Pelo contrário. Eu sempre tive certa preocupação, certa ternura, curiosidade de querer entender”.

Assim, Felitti acaba desempenhando algumas atividades que, a princípio, poderiam ser compreendidas como obrigações da família ou da Assistente Social que acompanha o caso. É ele quem, após a chegada da certidão de nascimento, vai registrar o nome de Ricardo, que, a partir de então, deixa de ser um desconhecido. No Hospital das Clínicas, conta o jornalista: “Depois de duas horas andando para lá e para cá, subimos com uma nova ficha de registro do paciente, para ser entregue à enfermagem. E com oito pulseiras de plástico, em que o nome de Ricardo está escrito. Chegamos ao quarto”. O protagonismo assumido por Felitti nos bastidores, entretanto, revela muito mais sobre a relação que ele assume com Ricardo, do que sobre uma providência profissional. Essa relação, além de reveladora, é crucial para o relato que se produz ao final. É importante comentar, por exemplo, que em momento nenhum o jornalista se coloca como ponto central, o que seria considerado um problema, em respeito à história que realmente se quer contar: a de Ricardo.

Em alguns momentos da reportagem, Ricardo não demonstra sobriedade completa devido a seu diagnóstico de esquizofrenia aguda. Isso preocupa o repórter, que aproveita um momento de lucidez para reafirmar a consciência do entrevistado sobre a reportagem e divulgação de sua imagem: “A essa altura, pergunto de novo se ele autoriza que sua história seja contada numa reportagem. ‘É claro! Desde que não exagerem a minha importância no mundo’, ele responde”. Essa preocupação demonstra o compromisso ético de Felitti com o seu entrevistado.

No fim da reportagem, a fala de Isabel, mãe de Felitti, chama a atenção: “No fundo, acho que percebi que nada do que eu tenha passado se compara a essa história de horror com um personagem que é a cara de São Paulo”. Ela coloca-se, assim, no lugar dele. Felitti provavelmente não conseguiu apreender tudo o que significa a história de Ricardo (e nem o deveria), mas é certo que sua reportagem é uma das responsáveis por o apresentar não como uma lenda urbana viva, reforçando um estereótipo, mas sim como um ser humano com nome e subjetividade que até então São Paulo não conhecia e nem reconhecia.

Se a escriturinha demanda uma escrita política, que questiona as desigualdades sociais e o *status quo*, a reportagem, ao chegar em uma “essência” do personagem, parece realizar um tipo de resistência. Não apenas porque o repórter de fato vivencia todas as etapas da reportagem, em muitos momentos também como personagem,

mas porque ela se torna exemplo de alteridade no jornalismo. Felitti se insere no texto no intuito de demonstrar aquilo em que acredita. De forma sensível e não sensacionalista, consegue falar junto a Ricardo, sujeito que deixa de ser invisível dentro da reportagem. Mais que isso, estabelece, pela diferença, uma aproximação, evidenciando identificação e consciência social.

Em entrevista para o canal Livrada (Felitti, 2019c), durante a FLIP, em setembro de 2019, Felitti relata essa experiência, apontando para o seu constructo relacional:

Ter uma primeira impressão, uma primeira curiosidade a partir da aparência, mas daí se dá conta de que, independente da aparência, tem muita coisa em comum com todo mundo. Acho que esse era o grande choque da história: essa pessoa que eu acho tão esquisita, tão diferente de mim, está mais próxima de mim do que eu imagino. E essa proximidade pode estar em qualquer um. Pode estar em qualquer pessoa que está em situação de rua, qualquer LGBTQ que é expulso pela família ou perde possibilidade na vida por ser quem é. Você consegue se aproximar de qualquer um.

O jornalista mergulha na história de Ricardo e passa a fazer parte do seu cotidiano para além dos encontros na Avenida Paulista. Felitti se torna presença frequente no hospital onde o artista está internado. Fica, assim, a sensação de que o repórter transcende a investigação jornalística, reafirmando a espécie de sentimento de responsabilidade desenvolvido em relação ao Ricardo.

No final do texto, sabemos que Felitti encontra com Ricardo próximo à casa da mãe do jornalista e o convida para tomar café, deixando entrever que eles mantiveram contato, cujo limite não é conhecido. Em suas entrevistas sobre a reportagem, Felitti detalha o processo de apuração e escrita do texto publicado pelo *BuzzFeed*, bem como aborda a escrita do livro *Ricardo e Vânia* (2019a). Percebe-se que houve uma proximidade na relação, mas não é possível precisar o nível de profundidade dela.

Três meses após a publicação ter viralizado, Ricardo dá entrada no hospital do Mandaqui e, por estar sem documento de identificação pessoal, é registrado mais uma vez como indigente. Graças à reportagem de Felitti, dessa vez as pessoas o reconheceram e sabiam seu nome, o que possibilitou sua identificação. Infelizmente, no dia 15 de dezembro de 2017, em decorrência de uma parada cardíaca, ele veio a óbito, fato que foi noticiado a familiares e amigos de Ricardo pelo jornalista.

Felitti, no dia 16 de dezembro de 2017, postou em seu *Facebook* (Felitti, 2017b) um texto que escrevera durante a madrugada, quando soube da morte de Ricardo, em homenagem ao artista de rua. A princípio, fala sobre a triste tarefa de levar a notícia para amigos e família: “fico com a responsabilidade doída de contar para a família e para o amor da vida dele, que ele reencontrou nos últimos dias de vida. Tento não chorar ao telefone. Depois de falhar três vezes, paro de tentar. Dada a notícia, acaba a responsabilidade e fica só um vazio”. O jornalista diz ainda ter sido uma honra ter conhecido Ricardo nos últimos anos. Segundo ele, “uma honra que não é profissional, mas muito humana”.

Ao finalizar sua homenagem, ele ressalta que Ricardo não tinha nenhum documento de identificação pessoal, “mas toda a equipe sabia o seu nome, pelo qual foi chamado até o fim”. Nome que também, segundo Felitti, passou a ser reconhecido nas ruas após o seu perfil ter viralizado: “Pessoas passam a escrever contando seus encontros com Ricardo. Um homem manda uma foto de Ricardo na estação Barra Funda do metrô. Narra que duas pessoas chegaram até ele o chamando pelo nome e perguntando se ele precisava de algo”.

O nome é uma das principais características do processo de humanização de reconhecimento do Outro. No caso de Ricardo, esse aspecto do processo de humanização foi possível graças à reportagem, ao empenho do jornalista e principalmente ao próprio Ricardo, que, mesmo em seus dias ruins, escolheu estar com Felitti e narrar para ele sua história de vida. Um exemplo é o trecho do perfil em que o jornalista relata um encontro com o artista em 2014, em que perguntou se poderia entrevistá-lo, ao que o artista responde “eu sou muito

humilde. Muito modesto. Eu não gosto da exposição” e, em seguida, sai andando. Se Ricardo decidisse não conversar com Felitti, possivelmente sua reportagem/perfil teria sido impossibilitada. Perder-se-ia o encontro e, possivelmente, a potência de uma alteridade em narrativa. Fabiana Moraes (2018, p. 95) afirma que uma das urgências para os jornalistas

é perceber que durante muito tempo o falar do outro foi muitas vezes visto – e de fato praticado – como falar pelo outro, em lugar do outro. Questionar essa enorme diferença de posições já é, de saída, um ganho precioso na seara da produção de representações, estas responsáveis por nossa mudez ou nosso grito. Essa discussão requer atenção contínua de quem fala e de quem é “falado”, com o esforço dos primeiros em entender a assimetria historicamente estabelecida nestas posições – e desse esforço deve estar, é claro, a procura em diminuir esse distanciamento. Não é uma tarefa fácil, principalmente, quando os representados são pessoas que vivem em condições de pobreza extrema, seja ela material ou afetiva (geralmente, há prevalência de ambas em um mesmo ambiente).

“Na história de vida é o informante quem decide o que vai relatar, enquanto o pesquisador se mantém, tanto quanto possível, silencioso” (Fernandes, 2010, p. 19). No diálogo tácito entre a história de vida e a escrivência, lembrando os dizeres de Moraes (2018), Felitti coloca à mostra a humanidade e a dignidade de um sujeito esquecido pela sociedade. Mais que isso, ao assumir uma aproximação dele, cria também uma proximidade. É o encontro de dois sujeitos e subjetividades que funciona para pensar a narrativa não como lugar de produção da diferença, mas como dever e desafio ético da igualdade.

Referências

- Agamben, G. (2010). *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG.
- Al-Rawi, A. (2017). Viral news and social media. *Digital Journalism*, 7(1), 63-79. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1387062>
- Arfuch, L. (2010). *La entrevista, una invención dialógica*. Paidós.
- Arfuch, L. (2002). *El espacio biográfico: Dilemas de la subjetividad contemporánea*. Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Barossi, L. (2017). (Po)éticas da escrivência. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 51, 22-40. <https://doi.org/10.1590/2316-4018512>
- Barthes, R. (1964). *Essais Critiques*. Éditions Du Seuil.
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: A pesquisa e seus métodos*. EDUFERN.
- Bruner, J., & Weisser, S. (1995). A invenção do ser: A autobiografia e suas formas. In D. R. Olson, & N. Torrance (Orgs.), *Cultura escrita e oralidade* (pp. 141-161). Ática.
- Butler, J. (2015). Corpos que importam. *Sapere Aude*, 6(11), 12-16.
- Caldeira, T. (1980). *Uma incursão pelo lado não respeitável do trabalho de campo* [Trabalho apresentado]. IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Cohen, J., & Arato, A. (1992). Discourse ethics and civil society. In J. Cohen, & A. Arato, *Civil Society and Political Theory* (pp. 345-420). MIT Press.
- Dion, S. (2007). O *fait divers* como gênero narrativo. *Letras*, 34, 123-131.
- Dion, S. (2008). A Lenda urbana: Um gênero narrativo de grande mobilidade cultural. *Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL*, 6, 1-13.

- Duero, D. (2006). Relato autobiográfico e interpretação: Una concepción narrativa de la identidad personal. *Athenea Digital*, 9, 131-151. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n9.264>
- Esteves, J. P. (2016). Prefácio. In A. C. S. Marques, & L. M. S. Martino. *Mídia, ética e esfera pública* (pp. 08-23). PPGCOM UFMG, 2016.
- Evaristo, C. (2005). Gênero e etnia: Uma escre(vivência) de dupla face. In N. M. B. Moreira, & L. Schneider (Orgs.), *Mulheres no mundo: Etnia, marginalidade e diáspora* (pp. 201-212). Ideia.
- Evaristo, C. (2006). *Becos da memória*. Mazza.
- Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In M. A. Alexandre (Org.), *Representações performáticas brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces* (pp. 16-21). Mazza.
- Evaristo, C. (2017). *Conceição Evaristo: 'Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'* [Entrevista cedida a J. D. Lima]. *Jornal Nexo*. <https://bit.ly/3vxzroB>
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira S. A.
- Felitti, C. (2017a, 27 de outubro). “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”. *BuzzFeed*. <https://bzfd.it/3gw4k8K>
- Felitti, C. (2017b, 16 de dezembro). O Ricardo morreu. Facebook. <https://bit.ly/3wNLqQc>
- Felitti, C. (2019a). *Ricardo e Vânia*. *Todavia*.
- Felitti, C. (2019b, 10 de maio). *Felitti, autor de “Ricardo e Vânia”, conta detalhes do livro sobre o Fofão da Augusta* [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3iSDxVE>
- Felitti, C. (2019c, 25 de setembro). *S03E70: Entrevista com Chico Felitti, Ricardo e Vânia (A história do “Fofão da Augusta”)* [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/35ymxwe>
- Felitti, C. (2019d, 8 de abril). *Ricardo e Vânia | A História do “Fofão” da Paulista* [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3vES7CW>
- Felitti, C. (2019e, 20 de fevereiro). Ricardo e Vânia - Entrevista com o autor Chico Felitti [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=lhEBA4nygSU>
- Fernandes, M. E. (2010). História de vida: Dos desafios de sua utilização. *Revista Hospitalidade*, VII(1), 15-31.
- Ferreira, A. C. (2013). *Escrivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECAP-95BHKT>
- Foucault, M. (1973). *Moi, Pierre Rivière ayant égorgé ma mère, ma sœur et mon frère... Un cas de parricide au XIX^e siècle*. Gallimard.
- Freitas, C., & Benetti, M. (2017). Alterity, otherness and journalism: From phenomenology to narration of modes of existence. *Brazilian Journalism Research*, 13(2), 10-29. <https://doi.org/10.25200/BJR.v13n2.2017.989>
- Goffman, E. (1975). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.
- Guareschi, P. (1998). Alteridade e relação: Uma perspectiva crítica. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 149-161). Vozes.

- Herrero, F. J. (2002). Ética na construção da política. In I. Domingues, P. R. M. Pinto, & R. Duarte (Orgs.). *Ética, Política e Cultura* (pp. 69-87). UFMG.
- Karam, F. J. C. (1997). *Jornalismo, Ética e Liberdade*. Summus.
- Karam, F. J. C. (2004). *A Ética Jornalística e o Interesse Público*. Summus.
- Lago, C. (2010). Ensinaamentos antropológicos: A possibilidade do Outro no Jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 6(1), 164-178. <https://doi.org/10.25200/BJR.v6n1.2010.253>
- Larrosa, J. (2004). Notas sobre narrativa e identidade – a modo de presentación (Prefácio). In M. H. M. B. Abrahão, *Aventura (auto)biográfica: Teoria e empiria* (pp. 11-22). EDIPUCRS.
- Lopes, C. R. (2008). Em busca do gênero Lenda Urbana. *Linguagem em (dis)curso*, 8(2), 373-393. <https://doi.org/10.1590/S1518-76322008000200009>
- Maia, M. (2006). A História Oral como recurso metodológico na entrevista jornalística. *Contracampo*, 15, 137-150. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i15.550>
- Marques, A. C. S., & Martino, L. M. S. (2016). *Mídia, ética e esfera pública*. PPGCOM UFMG.
- Martinez, M. (2015). A história de vida como instância metódico-técnica no campo da Comunicação. *Comunicação & Inovação*, 16(30), 75-90. <https://doi.org/10.13037/ci.vol16n30.2622>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 Edições.
- Medina, C. (2008a). *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. Summus.
- Medina, C. (2008b). *Entrevista: O diálogo possível*. Ática.
- Moraes, F. (2018). Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, 15(1), 84-97. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n1p84>
- Puyana Villamizar, Y., & Barreto Gama, J. (1994). La historia de vida: Recurso en la investigación cualitativa. Reflexiones metodológicas. *Maguaré*, (10), 186-196. <http://www.bdigital.unal.edu.co/18451/2/14265-48104-1-PB.pdf>
- Resende, F. (2009a). A narratividade do discurso jornalístico: A questão do Outro. *Rumores*, 3(6), 1-12. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2009.51173>
- Resende, F. (2009b). O jornalismo e suas narrativas: As brechas do discurso e suas possibilidades de encontro. *Galáxia*, 18, 31-43.
- Resende, F. (2014). Representação das diferenças no discurso jornalístico. *Brazilian Journalism Research*, 10(2), 206-223. <https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.749>
- Santos, B. S. (2001). Dilemas do nosso tempo: Globalização, multiculturalismo, conhecimento. *Educação & Realidade*, 26(1), 13-32.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos*, 79, 71-94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>
- Santos, M. (2009). Histórias de vida na grande reportagem: Um encontro entre jornalismo e história oral. *Comunicação & Informação*, 12(2), 21-32. <https://doi.org/10.5216/c&i.v12i2.12266>

Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). 'Escrivências' como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista de Psicologia Política, 17*(39), 203-219.

Soster, D. A., & Piccinin, F. (Orgs.). (2016). *Narrativas do ver, do ouvir e do pensar*. Catarse.

Soster, D. A., & Piccinin, F. (Orgs.). (2017). *Narrativas midiáticas contemporâneas: Perspectivas epistemológicas*. Catarse.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora da UFMG.

Thompson, P. (1992). *A voz do passado: História Oral*. Paz e Terra.

Zamin, A. (2015). Jornalismo de referência: O conceito por trás da expressão. *Famecos, 21*(3), 918-942. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>